

Editorial

Um assunto está se tornando recorrente na área de Administração no Brasil. Não por ser tema fácil ou por ter se tornado um modismo, mas, pelo contrário, por sua relevância e pela forma como afeta a todos nós acadêmicos da área de Administração no Brasil. Refiro-me à questão da produção e avaliação de trabalhos científicos. Em recente congresso nacional promovido pela Anpad, o III Encontro Nacional de Estudos Organizacionais (III ENEO), esse assunto foi tema de um painel do qual participei. A posição que expressei agora é, pois, a que manifestei no referido painel.

O tema da produção do conhecimento na área de Administração pode ser dividido em dois tópicos: o da forma de produzir e o do resultado da produção.

No que se refere a forma de produzir conhecimento é importante chamar atenção para as questões relativas às pressões impostas a nós, comunidade acadêmica, pelos órgãos de fomento e avaliação da pesquisa científica, nomeadamente Capes e CNPq. Os critérios de avaliação têm privilegiado indicadores quantitativos, tanto no que tange à avaliação dos programas de pós-graduação, quanto no que se refere à avaliação do desempenho individual dos professores e pesquisadores. Assim, os programas de pós-graduação são obrigados a produzir uma quantidade de mestres e doutores por ano e nós levados a produzir uma quantidade de artigos e livros.

Há tempo se fala em construir e consolidar uma base quantitativa para, a partir dela, melhorar a qualidade. Bom, a base está construída e consolidada. Basta atentarmos para os números grandiosos dos congressos nacionais da área, tanto os temáticos (ENEO, ENAPG, 3E e EMA) como o geral (ENANPAD). O modelo adotado pelos que dirigem e direcionam a política da área no Brasil parece ter funcionado. Não se pode negar que hoje somos maiores e mais fortes do que fomos há 20 anos atrás. É necessário, entretanto, olhar para frente, reconhecer o esgotamento do modelo que está aí e que, como qualquer outro que se torna muito longo, começa a apresentar distorções. A Capes já acena com algumas mudanças, no momento em que baixou o peso do indicador "tempo de permanência do aluno no curso", critério que relaciona-se apenas à eficiência do sistema, na avaliação geral dos programas de pós-graduação. Mas não basta. É hora e tempo de mostrarmos criatividade e introduzirmos critérios qualitativos de avaliação de nossa produção na área de Administração no Brasil.

No que se refere ao resultado da produção, para cumprir as exigências quantitativas, vemos-nos, em muitos casos, partícipes de uma produção em massa, de artigos, livros e também de mestres. Em um debate sobre o assunto no número 26 da revista Organizações & Sociedade de 2003, com o professor Carlos Osmar Bertero, da EAESP/FGV, a professora Cristina Carvalho do PROPAD/UFPE eu escrevemos: "transformamos o que deveriam ser etapas duras de avaliação em rituais de passagem e, mais grave ainda, para ganhar tempo, partimos de uma dada leitura da realidade, de uma plataforma conceitual já consensual. Fazemos uso do pensamento dominante porque é mais facilmente aceito sem precisar de tanto esforço e, principalmente, de tanto tempo para o tornar legítimo, para o fundamentar. Ele já o é pela construção ativa a partir de pólos e pessoas legitimadas no campo e, pela repetição generalizada que construiu o consenso. Assim, a academia, pelas normas que se impôs, está nos conduzindo a sermos fabricantes de uma ciência dócil".

Quase todos nós fazemos isso, um pouco. O problema é que esse tipo de produção tem ocupado cada vez mais nosso tempo. Somos forçados pelas pressões a que me referi anteriormente. E aí encontra-se um grande paradoxo: quem determina as regras do sistema? (Parece que a Teoria Institucional, uma das metanarrativas que se apresenta como de grande poder explicativo dos fenômenos administrativos e organizacionais não oferece explicações adequadas!) Quem é a Capes ou o CNPq? Se não me falha a memória, somos nós mesmos! Se é verdade que as regras não nos satisfazem, por que não alteramos os critérios de avaliação, transformando-os em critérios mais adequados para a atual realidade do campo? Quem elege os representantes da Capes ou do CNPq? Nós, acadêmicos, temos obrigação de interagir com eles de forma mais expressiva, e exigir que, ao menos, lutem para aproximar o rumo das coisas à vontade da comunidade acadêmica.

A avaliação de trabalhos científicos tem sido outro tema bastante discutido pela comunidade. No meu entendimento, os problemas da avaliação decorrem da forma de produzir. Se produzimos coisas pasteurizadas e massificadas para nos adequarmos às normas e aos critérios de avaliação, produzimos não só "ciência dócil", mas também formamos futuros professores e avaliadores com base nesses parâmetros. Assim, passamos a reproduzir esse modelo na forma como avaliamos os trabalhos na área de Administração.

A fraca formação conduz a avaliações no mínimo estranhas, onde não há espaço para o novo, para o criativo. Conversas recentes com editores de outras revistas científicas e com autores de artigos, fizeram-me perceber um descontentamento geral com algumas avaliações recebidas. Por vezes, são vazias de sentido e não ajudam o autor a melhorar o trabalho e, por outras, por apresentam erros conceituais ou de perspectiva. Atualmente, qualquer texto que não apresente a forma padrão com cinco partes (introdução,

fundamentação teórica, método, análise e conclusão, nessa ordem) e que não seja completamente isento de posicionamento do autor tem dificuldade de ser aceito em revistas ou congressos. Mesmo que o seu conteúdo, por vezes, seja bom. Isto é fruto da pasteurização na produção do conhecimento. Ora, precisamos nos posicionar mais. Temos obrigação de ter algo a dizer sem termos que ser panfletários. Afinal, estamos tratando aqui de ciência social. Aplicada, sim, mas sobretudo SOCIAL.

É com esse espírito que apresento os sete artigos que compõem este número dos Cadernos EBAPE.BR. No primeiro artigo Augusto Cabral analisa o impacto da sociologia funcionalista de Durkheim nos estudos organizacionais, explicando a supremacia dos enfoques positivistas-funcionalistas na área. No segundo artigo, Jackeline Amantino-de-Andrade propõe abordar a "Actor Network Theory" como forma mais completa de analisar redes interorganizacionais, a partir das limitações apresentadas pelas abordagens que pressupõem uma divisão entre estrutura e agência. Yeda Swirski de Souza, no terceiro artigo, explicita as diferentes concepções de ação e decisão nos estudos organizacionais, recorrendo a Weber e Habermas, comparando-as e analisando-as. No quarto artigo Luiz Henrique Lemos levanta hipóteses para explicar as diferenças de valores, gostos, formas de consumo e o sentimento de diferença do segmento da elite estabelecido fundamentalmente na zona sul do Rio de Janeiro em relação aos grupos economicamente emergentes estabelecidos, em sua grande maioria, na Barra da Tijuca. No quinto artigo, de Eleonora Milano Falcão Vieira e Roberto Carlos dos Santos Pacheco, os autores apresentam o tema da limitação sensorial no uso das tecnologias de informação. O foco dos autores é a surdez e as limitações que esta provoca no uso de sites na Web. O sexto artigo é de Marco Aurélio Ruediger e de Vicente Riccio. Os autores tem como objetivo possibilitar a compreensão do processo de reforma universitária em curso no país, pela análise do ponto de vista dos representantes da sociedade civil presentes nos colóquios iniciais sobre a reforma. Por fim, no sétimo artigo, Luis Cláudio Miranda Mangi reflete sobre as confrarias como um fenômeno organizacional brasileiro e propõem um modelo analítico para explicar a dinâmica do processo de surgimento e legitimação das confrarias.

Este número dos Cadernos EBAPE.BR traz ainda duas resenhas. Uma, de autoria de Jorge Vianna Monteiro, apresenta e analisa a coletânea "O Orçamento Público e a Transição do Poder", de Fernando Rezende e Armando Cunha. A segunda resenha é elaborada por Susana Arcângela Quacchia Feichas sobre o livro "Gestão Ambiental Empresarial: conceitos, modelos e instrumentos", de José Carlos Barbieri.

Tenho, ainda, o prazer de inaugurar neste número a seção "Documento de Pesquisa". Este primeiro documento é de autoria do professor Fernando Guilherme Tenório e equipe e intitula-se "Implicações de Mudanças Tecnológicas para a Administração Pública Brasileira: o caso do Ministério da Fazenda".

Desejo a todos uma boa leitura!

Marcelo Milano Falcão Vieira
Editor